

## MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marisa Lojas S.A. (“Companhia” ou “Marisa”), incorporada no Brasil, com sede na Rua James Holland, 422, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de abril de 1959, é uma Companhia de capital aberto e está listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação AMAR3. O controle da Companhia é exercido por um grupo de acionistas domiciliados no País, conforme descrito na nota explicativa 25. A Companhia atua nos segmentos varejistas de artigos de vestuário em geral e outros próprios de lojas de departamentos, além da importação de mercadorias e da venda de produtos pela Internet, e, por meio de suas controladas, também atua na administração de cartões de crédito próprio (modalidade de “Private Label” e “Co-branded” - Marisa Itaucard), e nas áreas de Logística e Financeira.

A Companhia possui participação direta e indireta nas seguintes sociedades:

- a) Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda (anteriormente denominada Club Administradora de Cartões de Crédito S.A.) (Club), sucessora da Marisa S.A. - tem por objetivo principal a administração do Cartão Marisa e a participação no capital social das seguintes sociedades:
  - i) Primos Participações Ltda. (“Primos”) - tem por objetivo principal a administração da contratação de seguros pessoais entre os usuários do Cartão Marisa e as seguradoras.
  - ii) TCM Participações Ltda. (“TCM”) - tem por objetivo principal a prestação de serviços de cobrança, assessoria de crédito e administração de carteiras de cobrança do Cartão Marisa.
  - iii) TEF Serviços de Processamento de Dados Ltda. (“TEF”) - tem por objetivo principal a impressão e a remessa das faturas do Cartão Marisa.
- b) Due Mille Participações Ltda. (“Due Mille”) - tem por objetivo principal a prestação de serviços de manuseio, arrumação, carga e descarga de mercadorias de qualquer natureza, a administração geral em centrais de distribuição de mercadorias e o encabidamento e a logística de cabides.
- c) MAX Participações Ltda. (“MAX”) - opera como “holding”, investindo na seguinte sociedade:
  - i) SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“SAX”) - tem por objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas.
- d) Fashion Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (“Fashion”) - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades.

- e) Siará Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (“Siará”) - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades.
- f) Estilo Comércio, Transportes e Serviços Ltda (“Estilo”) - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo prestar serviços de transporte de bens e mercadorias, prestar serviços de etiquetagem, encabidamento e colocação de alarmes, podendo ainda importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades.
- g) Albatroz Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (“Albatroz”) - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades.
- h) Stúdio Comércio Varejista do Vestuário Ltda. (“Stúdio”) - atua nos segmentos varejistas de artigos do vestuário em geral e outros próprios de lojas de departamentos, além da importação e exportação de mercadorias, bem como participa como sócia ou acionista em outras sociedades.
- i) Registrada - Marcas, Patentes e Royalties Ltda. (“Registrada”) - opera a gestão de ativos intangíveis não financeiros, incluindo a administração de marcas, a compra, a venda, o uso e o licenciamento pelo uso de marcas e patentes, o recebimento de “royalties”, a permissão para reprodução e a utilização das marcas e patentes em processos e produtos, bem como o comércio varejista de artigos do vestuário.
- j) Visual Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (“Visual”) - opera como comércio atacadista e varejista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo efetuar venda de tais produtos através do modelo tradicional, no sistema de venda direta ou de marketing direto, bem como através de catálogos, podendo ainda importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, compreendem:

- 2.1 As demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRSs” ou “International Accounting Standards - IASs”), emitidas pelo “International Accounting Standard Board - IASB”.
- 2.2 As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Para fins de apresentação esse conjunto de regras é denominado “BR GAAP”.

As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado, seguem a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou custo de aquisição nas demonstrações separadas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

Para permitir a comparabilidade dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram efetuadas algumas reclassificações, sendo:

- a) Despesas com provisão para perdas em operações de crédito, anteriormente registradas em “Outras Receitas (Despesas) Operacionais”, foram reclassificadas para “Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços”;
- b) Despesas referentes a perdas judiciais da Controladora e suas controladas, anteriormente registradas em “Despesas com Vendas e Despesas Gerais e Administrativas” e “Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços”, respectivamente, foram reclassificadas para “Outras Receitas (Despesas) Operacionais”;
- c) Descontos obtidos em processos de importação de mercadorias anteriormente registrados como “Receitas Financeiras” foram reclassificados para “Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços”.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia (BR GAAP) e consolidadas (IFRS):

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (3) ativos financeiros disponíveis para venda; e (4) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Os ativos financeiros da Companhia incluem: (i) caixa e equivalente de caixa; (ii) contas a receber; (iii) títulos e valores mobiliários; (iv) outros créditos; e (v) instrumentos financeiros derivativos.

A mensuração de ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem os saldos de caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos.

(2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os

quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

(3) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia e de suas controladas não possuíam ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

(4) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem contas a receber de clientes e outros créditos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos a termo de moeda e de *swaps* de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros, respectivamente. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço e são contabilizados como ativos financeiros por meio do resultado quando o valor justo apresentar ganho e como passivos financeiros por meio do resultado quando o valor justo apresentar perda. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

(ii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como os mesmos são calculados estão descritos na nota explicativa n.º 34.

(v) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. No caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem: (i) fornecedores; (ii) contas a pagar; (iii) outros passivos circulantes; (iv) empréstimos e financiamentos; e (v) instrumentos financeiros derivativos.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(1) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem os instrumentos financeiros derivativos. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de liquidação no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía passivos financeiros classificados como mantidos para negociação.

(2) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros.

(3) Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

e) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo custo amortizado dos títulos representativos desses créditos.

A controlada Club realiza operações de securitização de suas contas a receber por intermédio de sociedade de propósito específico - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios “FIDC NP Club Administradora de Cartões de Crédito”.

f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos de todos os custos necessários para realizar a venda.

g) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura da loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável, conforme o item 5 do CPC 20 e a IAS 23 - Custos de Empréstimos. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado.

Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

h) Intangível

Os gastos com as aquisições de licenças de programas de computador (“software”) e de sistemas de gestão empresarial são capitalizados e amortizados conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 17 e os gastos associados à respectiva manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura são pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de aluguel e são amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

i) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), os quais correspondem a cada uma das lojas.

j) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do período pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme mencionado no item g), ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

k) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável.

l) Provisões para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, é provável



a saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras.

m) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas de vendas e os respectivos custos são registrados na entrega das mercadorias aos clientes e as receitas de prestação de serviços de cobrança e intermediação de produtos financeiros do Cartão Marisa são registradas quando o serviço é prestado.

As receitas decorrentes das operações com cartão de crédito são apropriadas observando-se o critério “pro rata”, substancialmente com base no método da taxa efetiva de juros.

n) Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- quando os impostos sobre vendas e serviços prestados incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas e serviços prestados é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

o) Resultado financeiro (receitas e despesas financeiras)

Representam juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, com relação aos empréstimos com instrumento de “swap”, resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos (“swap” contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

p) Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, prefixadas, foram trazidas a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que a controlada incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. A Companhia adota a taxa média de encargos financeiros das captações, pois o preço à vista e o parcelamento prefixado têm o mesmo valor de venda, não sendo política da Companhia conceder descontos para pagamentos antecipados; além disso, não é considerada a variável juros na política de precificação dos produtos.

A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas “Fornecedores” e “Estoques” e sua reversão tem como contrapartida as rubricas “despesas financeiras” e “Custo da venda de mercadorias” respectivamente pela fruição de prazo, no caso de fornecedores e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados.. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica

“Contas a receber de clientes” e sua realização é registrada na rubrica “Receita com operações de cartão de crédito”, pela fruição do prazo.

q) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

- Correntes

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente no País, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis fiscalmente no momento do seu registro.

Para as controladas Club Estilo e Sax, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL são apuradas de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal vigente, sendo utilizado o regime de lucro real, para as demais controladas o regime de apuração utilizado é o de lucro presumido.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com IRPJ e CSLL diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são determinados considerando as taxas vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais diferidos se e somente se: (a) tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes; e (b) os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam recuperados ou liquidados.

r) Plano de outorga de opções de compra de ações

O valor justo das opções outorgadas pela Companhia a executivos é reconhecido como despesa no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do período em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

s) Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor Presidente.

t) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos” no patrimônio líquido.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do lucro líquido do exercício, diretamente no patrimônio líquido.

u) Apresentação do lucro por ação

Conforme a IAS 33 – Lucro por Ação e o CPC 41 - Resultado por Ação, o lucro líquido deve ser apresentado como básico e diluído.

v) Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras da controladora (BR GAAP)

- Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As operações entre as controladas da Companhia, que geram ganhos ou perdas não realizados nessas operações, quando aplicável, foram eliminados. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes com as adotadas pela Companhia.

x) Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações

financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

#### 4. PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

##### a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

##### b) Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

##### c) Provisão para desvalorização dos estoques

A desvalorização dos saldos dos estoques é composta basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

##### d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes do Cartão Marisa são controladas por faixa de vencimento e CPF dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, aplicando-se esse percentual sobre os valores vencidos acima de 90 dias, considerados como críticos para a Companhia.

e) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Julgamento da administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que poderão ser reconhecidos, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

g) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como os mesmos são calculados estão descritos na nota explicativa 34.

h) Transações com Pagamentos Baseados em Ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa n.º 25.

## 5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

- (i) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2012 e que não tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia.

A alteração da norma existente a seguir foi editada e estava em vigor em 31 de dezembro de 2012; entretanto, não teve impacto relevante sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Aplicável a períodos anuais com início em ou após</u>
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	1º de janeiro de 2012

- (ii) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. A Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Aplicável a períodos anuais com início em ou após</u>
Alterações à IAS 27 (R)	Demonstrações Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 28 (R)	Investimentos em coligada e em controlada	1º de janeiro de 2013
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos financeiros (Classificação e Mensuração)	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 11	Empreendimentos Conjuntos	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 13	Mensurações do Valor Justo	1º de janeiro de 2013

## 6. CONSOLIDAÇÃO SOCIETÁRIA

### a) Credi-21 Participações Ltda. e Fix Participações Ltda.

Em 28 de fevereiro de 2011, as operações da Credi-21 Participações Ltda. e Fix Participações Ltda. foram incorporadas pela Club Administradora de Cartões de Crédito S.A., com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base em 28 de fevereiro de 2011, preparado por avaliadores independentes, sendo esta a sucessora da Marisa S.A. A operação foi realizada com o intuito de simplificar a estrutura societária e não gerou nenhum efeito no resultado.

### b) Club Administradora de Cartões de Crédito FIDC-NP

A Companhia consolida as demonstrações financeiras da Club Administradora de Cartões de Crédito Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC-NP Club"), anteriormente denominada Itapeva III FIDC-NP, sociedade de propósito específico constituída com a finalidade de conduzir a securitização de recebíveis de sua controlada Club. A consolidação se justifica pelo fato de a maior parte dos riscos e benefícios relacionados ao fundo estar vinculada a quotas subordinadas detidas pela Club.

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	16.091	8.098
Bancos conta movimento	24.701	19.624
Aplicações financeiras	144.022	410.339
	<u>184.814</u>	<u>438.061</u>

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	16.148	8.149
Bancos conta movimento	31.034	20.602
Aplicações financeiras	238.137	612.543
	<u>285.319</u>	<u>641.294</u>

### Aplicações financeiras

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Operações compromissadas - Banco Itaú BBA S.A. Leasing (a)	59.752	89.012
Operações compromissadas - Banco Santander S.A. Leasing (a)	37.975	-
Operações compromissadas - Banco Safra S.A. Leasing (a)	24.936	56.015
Operações compromissadas - Banco Votorantim S.A. Leasing (a)	11.394	54.812
Operações compromissadas - Banco Alfa S.A. Leasing (a)	5.046	-
Operações compromissadas - Banco Bradesco S.A. Leasing (a)	4.065	91.227
Banco do Brasil S.A. CDB (b)	-	116.290
Banco Bradesco S.A. CDB (b)	416	2.823
Outros fundos	438	160
	<u>144.022</u>	<u>410.339</u>

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Operações compromissadas - Banco Itaú BBA S.A. Leasing (a)	89.573	155.024
Operações compromissadas - Banco Santander S.A. Leasing (a)	37.975	-
Operações compromissadas - Banco Safra S.A. Leasing (a)	30.944	87.120
Operações compromissadas - Banco Votorantim S.A. Leasing (a)	51.018	83.222
Operações compromissadas - Banco Alfa S.A. Leasing (a)	5.046	27.624
Operações compromissadas - Banco Bradesco S.A. Leasing (a)	10.702	128.055
Banco Bradesco S.A. - CDB (b)	3.739	4.935
Banco do Brasil S.A. - CDB (b)	-	116.290
Banco Votorantim S.A. - CDB (b)	-	4.953
Outros fundos	9.140	5.320
	<u>238.137</u>	<u>612.543</u>

- (a) Referem-se a operações compromissadas em debêntures, que se caracterizam pela venda de uma debênture com o compromisso por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo e do comprador (Companhia) de revendê-lo no futuro, com liquidez imediata sem perda de rendimento, que varia

de 100,0% a 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (de 100,0% a 103,5% em 31 de dezembro de 2011).

- (b) Refere-se a aplicações em CDB com compromisso de recompra pela instituição financeira com rendimento variando de 100,0% a 100,5% do CDI (de 100,0% a 103,5% em 31 de dezembro de 2011).

## 8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Taxa de rendimento - %		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Operação compromissada - Banco Safra				
S.A. Leasing (a)	(b)	(b)	2.545	2.381
Banco Bradesco S.A. LFT - Renda Fixa (a)	8,51	11,62	1.841	1.697
Banco Santander Brasil S.A. (a)	4,30	7,43	791	223
Operação compromissada - Banco				
Votorantim S.A. (a)	(b)	(b)	397	-
Banco BTG Pactual S.A. – CDB (a)	(c)	(c)	328	312
Outros títulos e valores mobiliários	-	-	1.881	1.211
			<u>7.783</u>	<u>5.824</u>
Ativo circulante			1.198	360
Ativo não circulante			6.585	5.464
			<u>7.783</u>	<u>5.824</u>

	Taxa de rendimento - %		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Operação compromissada - Banco Safra				
S.A. Leasing (a)	(b)	(b)	2.586	2.439
Banco Bradesco S.A. LFT - Renda Fixa (a)	8,51	11,62	1.841	1.697
Banco Santander Brasil S.A. (a)	4,30	7,43	791	223
Operação compromissada - Banco				
Votorantim S.A. (a)	(b)	(b)	491	-
Banco BTG Pactual S.A. – CDB (a)	(c)	(c)	328	312
Outros títulos e valores mobiliários	-	-	2.040	1.379
			<u>8.077</u>	<u>6.050</u>
Ativo circulante			1.198	360
Ativo não circulante			6.879	5.690
			<u>8.077</u>	<u>6.050</u>

- (a) Refere-se à aplicação financeira dada em garantia e fiança a processos judiciais.

- (b) Refere-se à operação compromissada em debêntures, com rendimento de 100,0% a 105,5% do CDI (de 100,0% a 105,0% do CDI em 31 de dezembro de 2011).

- (c) Aplicações em CDB com rendimento de 95,15% a 105,5% do CDI (de 95,15% a 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2011).



## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

		Controladora	
		31/12/2012	31/12/2011
Contas a receber de clientes - Cartão Marisa:			
A vencer:			
De 121 a 150 dias		159	202
De 91 a 120 dias		2.220	4.623
De 61 a 90 dias		10.706	7.861
De 31 a 60 dias		38.548	51.019
Até 30 dias		127.894	98.240
		<u>179.527</u>	<u>161.945</u>
Administradoras de cartões de crédito – terceiros (a)		154.380	118.621
Cartão “co-branded” - Marisa Itaucard (a)		56.864	45.126
Outras contas a receber		294	156
Ajuste a valor presente		(4.793)	(5.432)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)		(179)	(144)
		<u>386.093</u>	<u>320.272</u>
		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011
Contas a receber de clientes - Cartão Marisa:			
A vencer:			
Acima de 210 dias e menor de 360 dias		36.944	28.607
De 181 a 210 dias		20.762	15.255
De 151 a 180 dias		23.385	17.722
De 121 a 150 dias		38.858	31.784
De 91 a 120 dias		51.047	43.152
De 61 a 90 dias		69.639	59.324
De 31 a 60 dias		70.895	60.765
Até 30 dias		124.863	105.147
		<u>436.393</u>	<u>361.756</u>
Vencidas:			
Até 30 dias		77.320	60.108
De 31 a 60 dias		26.432	17.810
De 61 a 90 dias		21.904	20.292
De 91 a 120 dias		20.702	21.382
De 121 a 150 dias		18.602	18.303
De 151 a 180 dias		15.997	16.014
		<u>180.957</u>	<u>153.909</u>
		<u>617.350</u>	<u>515.665</u>
Administradoras de cartões de crédito – terceiros (a)		155.891	119.673
Cartão “co-branded” - Marisa Itaucard (a)		56.864	45.126
Contas a receber - Banco Itaú Unibanco (b)		8.978	8.797
Operações de crédito pessoal – SAX (c)		93.198	54.192
FIDC-NP Club (e)		17.701	5.850
Outras contas a receber		400	250
Ajuste a valor presente		(4.973)	(5.687)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)		(67.084)	(61.501)
		<u>878.325</u>	<u>682.365</u>

- (a) Refere-se a saldo com administradoras de cartões de crédito onde o recebimento ocorre em até 90 dias, sendo que em 31 de dezembro de 2012 o percentual de recebimento em 30 dias é de 63% (62% em 31 de dezembro de 2011).
- (b) Conforme contrato celebrado com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. (“Itaú Unibanco”) para criação do cartão de crédito Itaú Unibanco/Marisa (“co-branded”), nas situações em que ocorre a migração do cliente detentor do “Cartão Marisa” para este novo cartão, os saldos a receber em aberto são automaticamente assumidos pelo Itaú Unibanco, o qual pagará à Marisa o valor principal acrescido de juros previamente contratados pelo cliente nas vendas parceladas, se aplicável.
- (c) O montante das operações de crédito pessoal está assim distribuído por prazo de recebimento:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
A vencer:		
Acima de 181 dias	11.760	5.770
De 91 a 180 dias	19.212	10.260
De 61 a 90 dias	9.735	5.556
De 31 a 60 dias	12.503	6.880
Até 30 dias	14.592	8.212
	<u>67.802</u>	<u>36.678</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	5.533	3.333
De 31 a 60 dias	3.306	2.191
De 61 a 90 dias	2.877	1.992
De 91 a 120 dias	2.636	1.893
De 121 a 150 dias	2.323	1.693
De 151 a 180 dias	2.066	1.548
De 181 a 240 dias	3.441	2.583
De 241 a 300 dias	2.269	1.638
De 301 a 360 dias	945	643
	<u>25.396</u>	<u>17.514</u>
	<u>93.198</u>	<u>54.192</u>

- (d) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(95)	(35.421)
Créditos provisionados no período	(152)	(202.266)
Créditos baixados definitivamente	<u>103</u>	<u>176.186</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(144)	(61.501)
Créditos provisionados no período	(169)	(194.156)
Créditos baixados definitivamente	<u>134</u>	<u>188.573</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(179)</u>	<u>(67.084)</u>

- (e) A totalidade da carteira transferida para Club FIDC-NP refere-se a direitos creditórios não performados no montante total de R\$316.107 que encontravam-se integralmente baixados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012 (R\$130.024 em 31 de dezembro de 2011).

10. FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – FIDC-NP CLUB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO

Em 28 de dezembro de 2011, foram iniciadas as operações do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CLUB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO (“FIDC-NP Club”), sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pela Instrução CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios representados por títulos ou contratos representativos de operações relacionadas à aquisição de bens ou serviços pelos clientes da Marisa. O FIDC-NP Club tem prazo de duração indeterminada.

A estrutura de patrimônio do FIDC-NP Club, em 31 de dezembro de 2012, é constituída por 28,72 quotas (5,85 quotas em 31 de dezembro de 2011) subordinadas de titularidade da controlada Club, no valor de R\$344 cada (R\$1.000 em 31 de dezembro de 2011) totalizando o montante de R\$9.872 (R\$5.850 em 31 de dezembro de 2011). O regulamento do FIDC-NP Club define que 50% do patrimônio líquido do fundo deverá estar representado por direitos creditórios.

Em 25 de junho de 2012, foi aprovada a emissão do Suplemento da 1ª Série de Cotas Seniores, sendo emitidas o máximo de 10 cotas seniores no valor de R\$1.000 cada. Nesta mesma data subscreveu-se o montante de R\$5.000 em decorrência da entrada de um cotista sênior, constituído por 5 cotas. Desde que o patrimônio assim permita, as cotas seniores da 1ª série serão remuneradas, diariamente, a partir da referida data pela variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI) de 1 (um) Dia Útil (Over – Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“Taxa DI”), acrescida de *spread* equivalente a 3% (três por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A partir de 31 de julho de 2012, inclusive, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia último Dia Útil de cada mês (“Data de Amortização”), as Cotas Seniores da 1ª Série serão amortizadas, em moeda corrente nacional, em conformidade com as condições especificadas.

O balanço patrimonial do fundo está assim demonstrado:

	<u>31/12/2012</u>
Ativo	
Disponibilidades	945
Contas a receber	17.701
Passivo	
Contas a pagar	8.774
Patrimônio líquido	9.872

O FIDC-NP Club foi consolidado nessas demonstrações financeiras conforme detalhado na nota explicativa n.º 6.

## 11. ESTOQUES

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Mercadorias para revenda	344.854	261.794
Importação em andamento	36.390	24.004
Estoque de material de consumo e embalagem	6.801	6.251
Ajuste a valor presente	(2.242)	(2.868)
Provisões para perdas dos estoques (*)	(14.119)	(7.951)
	<u>371.684</u>	<u>281.230</u>
	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Mercadorias para revenda	340.601	261.794
Importação em andamento	36.390	24.004
Estoque de material de consumo e embalagem	6.950	6.412
Ajuste a valor presente	(2.242)	(2.868)
Provisões para perdas dos estoques (*)	(14.119)	(7.951)
	<u>367.580</u>	<u>281.391</u>

(\*) O valor das provisões para perdas dos estoques refere-se às prováveis perdas de inventário e desvalorização dos estoques, e sua movimentação é como segue:

	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(3.215)
Provisão registrada	(39.367)
Baixa de provisão	<u>34.631</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(7.951)</u>
Provisão registrada	(61.150)
Baixa de provisão	<u>54.982</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(14.119)</u>

## 12. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (*)	43.965	80.981
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	11.781	11.459
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	4.575	5.215
Imposto de renda sobre aplicação financeira	12.582	10.892
Outros	2.023	584
	<u>74.926</u>	<u>109.131</u>
Ativo circulante	53.054	74.489
Ativo não circulante	21.872	34.642
	<u>74.926</u>	<u>109.131</u>

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Imposto sobre Circulação Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (*)	44.452	81.165
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	13.115	13.009
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	5.407	6.071
Imposto de renda sobre aplicação financeira	13.951	9.610
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.199	3.257
Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.603	1.562
Programa de Integração Social - PIS	562	336
Outros	1.983	523
	<u>83.272</u>	<u>115.533</u>
Ativo circulante	61.398	80.891
Ativo não circulante	<u>21.874</u>	<u>34.642</u>
	<u>83.272</u>	<u>115.533</u>

(\*) Parte do saldo da rubrica “Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar” (R\$9.120 em 31 de dezembro de 2012 e R\$53.278 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a créditos de ICMS nas operações de compras de mercadorias de fornecedores do Estado de Santa Catarina. Tendo em vista a recuperação ocorrida no exercício de 2012, a Companhia estima que este saldo será totalmente recuperado no ano de 2013.

### 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Ativo não circulante:		
Prejuízo fiscal	6.318	8.062
Base negativa de CSLL	2.275	2.902
Provisão para litígios e demandas judiciais	11.266	10.768
Provisão para perdas nos estoques	5.099	2.703
Bônus a empregados	4.019	-
Provisão de aluguéis	3.661	4.582
Ajuste a valor presente	1.032	1.787
Comissão de cartões	762	890
Despesas com utilidades públicas	118	340
Provisão para (ganhos) perdas de “swap”	(5.673)	(5.064)
Outros	3.306	3.413
	<u>32.182</u>	<u>30.383</u>

  

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Ativo não circulante:		
Prejuízo fiscal	6.318	8.898
Base negativa de CSLL	2.275	3.203
Receita diferida - parceria Itaú Unibanco	24.140	28.220
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.888	17.843
Provisão para litígios e demandas judiciais	15.873	16.274
Provisão para perdas nos estoques	5.099	2.703
Bônus a empregados	4.378	98
Provisão de aluguéis	3.661	4.582
Ajuste a valor presente	1.084	1.860

Comissão de cartões	762	890
Despesas com utilidades públicas	118	340
Provisão para (ganhos) perdas de “swap”	(6.777)	(5.530)
Outros	4.775	3.947
	<u>80.594</u>	<u>83.328</u>

O saldo de imposto de renda diferido ativo inclui o efeito dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social da Marisa Lojas e de sua controlada, Club, que são imprescritíveis e compensáveis com lucros tributáveis futuros. No período corrente, a Companhia e sua controlada Club compensaram, na proporção de 30% do lucro tributável, os montantes de R\$8.407 (R\$22.789 em 31 de dezembro de 2011) de base negativa de contribuição social e de prejuízo fiscal.

A movimentação do exercício está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	23.678	72.966
Adições	21.381	29.851
Baixas	(14.676)	(19.489)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>30.383</u>	<u>83.328</u>
Adições	7.725	8.549
Baixas	(5.926)	(11.283)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>32.182</u>	<u>80.594</u>

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros das controladas, aprovadas pelos órgãos da Administração, a estimativa de recuperação do saldo ativo líquido consolidados de IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de CSLL encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ano:		
2012	-	23.207
2013	24.672	3.588
2014	3.754	3.588
2015	3.756	-
	<u>32.182</u>	<u>30.383</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ano:		
2012	-	48.360
2013	50.003	9.494
2014	9.343	9.494
2015	9.348	4.080
2016	4.080	4.080
2017 a 2018	7.820	7.820
	<u>80.594</u>	<u>83.328</u>

O montante de R\$24.140 em 31 de dezembro de 2012 (R\$28.220 em 2011), referente a receitas diferidas a apropriar decorrentes do contrato de associação firmado entre as controladas Marisa Lojas e Credi-21 (incorporada pela Club) com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A., será realizado até o exercício de 2018.

As projeções de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e internacional, à seleção de taxas de câmbio, ao volume de vendas, aos preços de vendas e às alíquotas de tributos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais.

Estima-se que o saldo referente aos tributos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, exceto pela receita diferida mencionada, será realizado até o exercício de 2015; contudo, não é possível estimar com razoável precisão os anos em que essas diferenças temporárias serão realizadas, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais que independem da Companhia e de suas controladas, tampouco pode ser previsto quando haverá a decisão em última instância.

b) Conciliação da alíquota efetiva de IRPJ e CSLL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	232.099	164.920	290.295	224.927
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa do IRPJ e da CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(78.913)	(56.073)	(98.700)	(76.475)
i) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	68.120	60.278	-	-
Juros sobre capital próprio	13.124	4.197	13.124	4.197
Efeitos da diferença de alíquota da CSLL da financeira Sax	-	-	(1.570)	(1.160)
Outras adições permanentes	(4.516)	(1.697)	(7.246)	(1.885)
Lucro, exceto resultado financeiro, das controladas cuja tributação é feita com base no lucro presumido:				
Reversão do efeito da tributação - lucro real	-	-	56.549	28.405
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo	-	-	(22.538)	(15.273)
ii) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de períodos anteriores, para os quais não foram registrados os impostos diferidos devido a falta de evidências sobre a sua realização-				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (*)	-	-	-	8.889
iii) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias referente à reversão de provisões	-	5.868	-	5.868
	(2.185)	12.573	(60.381)	(47.434)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social, efetivos:				
Correntes	(3.984)	5.868	(57.647)	(57.796)
Diferidos	1.799	6.705	(2.734)	10.362
	<u>(2.185)</u>	<u>12.573</u>	<u>(60.381)</u>	<u>(47.434)</u>

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do IRPJ e da CSLL dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

(\*) Refere-se ao prejuízo fiscal da Club, conforme nota explicativa n.º 6.

#### 14. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora (BR GAAP). Os detalhes estão apresentados a seguir:

##### 14.1 - Saldos e transações

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Ativo circulante:		
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda (a)	5.512	1.915
	<u>5.512</u>	<u>1.915</u>
Ativo não circulante:		
Begoldi Comércio, Participação e Administração Ltda. (b)	-	106
Due Mille Participações Ltda. (c)	6.720	5.842
Outras partes relacionadas	791	67
	<u>7.511</u>	<u>6.015</u>
Passivo circulante:		
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (d)	5.907	13.678
Due Mille Participações Ltda. (e)	1.152	620
Fashion Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (f)	2.783	-
Siara Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (f)	10.044	1.908
Estilo Comércio, Transportes e Serviços Ltda. (f)	26	35.796
Albatroz Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (f)	4	1.653
Aluguéis a pagar: (g)		
Novay Participações Ltda.	2.199	1.681
Nix Administração e Participação Ltda.	2.081	1.425
Actio Participações Ltda.	1.330	973
Mareasa Participações Ltda.	644	567
Pense Participações Ltda.	127	123
	<u>26.297</u>	<u>58.424</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar: (h)		
Pessoas físicas controladores	14.830	23.691
Não controladores	6.605	7.885
	<u>21.435</u>	<u>31.576</u>



	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Resultado:		
Club Administradora de Cartões de Crédito S.A. (d)	13.680	27.147
Due Mille Participações Ltda. (e)	24.301	16.492
Fashion Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (f)	39.673	-
Siara Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (f)	29.574	5.543
Albatroz Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (f)	4	3.234
Estilo Comércio, Transportes e Serviços Ltda (f)	26	148.153
Aluguéis de imóveis do Grupo: (g)		
Novay Participações Ltda.	12.508	10.704
Nix Administração e Participação Ltda.	11.491	8.866
Actio Participações Ltda.	7.484	6.128
Mareasa Participações Ltda.	3.991	3.514
Pense Participações Ltda.	813	764
	<u>143.545</u>	<u>230.545</u>

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Ativo não circulante-		
Begoldi Comércio, Participação e Administração Ltda. (b)	1.174	1.280
	<u>1.174</u>	<u>1.280</u>

Passivo circulante:		
Aluguéis a pagar: (g)		
Novay Participações Ltda.	2.199	1.681
Nix Administração e Participação Ltda.	2.081	1.425
Actio Participações Ltda.	1.330	974
Mareasa Participações Ltda.	644	567
Pense Participações Ltda.	127	123
	<u>6.381</u>	<u>4.770</u>

Juros sobre o capital próprio e dividendos: (c)		
Pessoas físicas – controladores	14.830	23.691
Não controladores	6.605	7.885
	<u>21.435</u>	<u>31.576</u>

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Resultado:		
Aluguéis de imóveis do Grupo: (g)		
Novay Participações Ltda.	12.508	10.704
Nix Administração e Participação Ltda.	11.491	8.866
Actio Participações Ltda.	7.484	6.128
Mareasa Participações Ltda.	3.991	3.514
Pense Participações Ltda.	813	764
	<u>36.287</u>	<u>29.976</u>

(a) Refere-se a valores a receber por reembolso de despesas ocorridas nas lojas referentes ao Cartão Marisa e valores a receber referente ao Programa de Fidelidade Amiga.

(b) Refere-se às transações de mútuo ou pagamento de tributos e despesas administrativas para a Begoldi, sobre as quais não incidem juros. Os saldos estão classificados no ativo não circulante por não possuírem prazo determinado de vencimento.

- (c) Refere-se a pagamento antecipado de despesas com armazenagem e logística de mercadorias.
- (d) Refere-se a comissão paga por administração do Cartão Marisa e repasse de valores por pagamento de clientes nas lojas.
- (e) Refere-se ao serviço de encabidamento e armazenagem.
- (f) Refere-se a transações de compra de mercadorias.
- (g) Referem-se a valores de aluguéis devidos pela Companhia às empresas ligadas, cuja atividade operacional é a administração de bens móveis e imóveis próprios, conforme demonstrado na nota explicativa nº 35.
- (h) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.e), em 31 de dezembro de 2012 foram propostos dividendos e juros sobre o capital próprio, líquidos no montante de R\$21.435, dos quais R\$6.605 se destinam a acionistas não controladores (em 31 de dezembro de 2011 o montante proposto foi de R\$31.573 dos quais R\$7.885 se destinaram a acionistas não controladores).

#### 14.2 - Remuneração da Administração da Companhia

A remuneração dos diretores e membros da Administração é como segue:

<u>Remuneração</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Salários do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria	492	552
Salários da diretoria	3.136	2.950
Benefícios de curto prazo	129	129
Plano de opções de ações e incentivo de longo prazo	2.351	1.563
	<u>6.108</u>	<u>5.194</u>

A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, na demonstração do resultado.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

De acordo com a legislação societária do Brasil e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 19 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global dos administradores em até R\$7.500 para o exercício social de 2012 (R\$7.500 em 31 de dezembro de 2011).

## 15. INVESTIMENTOS

Os principais detalhes das controladas, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, são como segue:

Controladora - 31/12/2012							
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Club	100,00	745.942	359.347	386.595	121.199	386.594	121.200
Max	99,99	82.279	27.638	54.641	25.988	54.641	25.988
Due Mille	99,99	103.794	49.744	54.050	38.375	54.043	38.374
Fashion	99,99	13.151	2.086	11.065	11.128	10.229	10.230
Siará	99,99	18.175	8.460	9.715	7.959	5.924	4.167
Estilo	99,99	2.014	342	1.672	714	1.677	719
Albatroz	99,99	1.080	4	1.076	30	1.073	27
Stúdio	99,99	522	2	520	31	518	28
Registrada	99,99	57	12	45	(13)	44	(13)
Visual	99,99	443	774	(331)	(367)	(331)	(366)
						<u>514.412</u>	<u>200.354</u>

Controladora - 31/12/2011							
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Club	100,00	762.804	338.413	424.391	133.483	424.391	133.483
Max	99,99	23.382	-	23.382	11.534	23.382	8.063
Due Mille	99,99	61.588	45.918	15.670	(134)	15.670	(618)
Fashion	99,99	5	67	(62)	(111)	-	(49)
Siará	99,99	2.021	264	1.757	1.711	1.757	1.722
Estilo	99,99	47.085	13.127	33.958	33.457	33.950	33.450
Albatroz	99,99	1.814	768	1.046	957	1.046	1.035
Stúdio	99,99	493	3	490	(9)	490	(10)
Registrada	99,99	58	-	58	(42)	58	(42)
Visual	99,99	36	1	35	(15)	35	(15)
						<u>500.779</u>	<u>177.019</u>

As alterações registradas nas contas de investimentos durante os exercícios de 2012 e de 2011 são como segue:

Controladora		
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo no início do exercício	500.779	443.960
Aumento de capital em investidas	8.000	1.200
Participação no resultado das controladas	200.354	177.019
Dividendos recebidos	(194.721)	(121.403)
Outros	-	3
Saldo no fim do exercício	<u>514.412</u>	<u>500.779</u>

## 16. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora - 31/12/2012		
		Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	10	214.022	(70.488)	143.534
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	566.488	(384.780)	181.708
Equipamentos de informática	20	85.267	(53.514)	31.753
Móveis e utensílios	10	140.593	(44.364)	96.229
Veículos	20	2.020	(655)	1.365
Obras em andamento	-	14.060	-	14.060
Outros imobilizados	10	3.583	(1.215)	2.368
		<u>1.026.033</u>	<u>(555.016)</u>	<u>471.017</u>

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora - 31/12/2011		
		Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	10	175.841	(49.625)	126.216
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	502.891	(317.566)	185.325
Equipamentos de informática	20	76.930	(47.190)	29.740
Móveis e utensílios	10	110.322	(30.687)	79.635
Veículos	20	1.788	(481)	1.307
Obras em andamento	-	15.715	-	15.715
Outros imobilizados	10	3.427	(848)	2.579
		<u>886.914</u>	<u>(446.397)</u>	<u>440.517</u>

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado - 31/12/2012		
		Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	10	214.249	(70.552)	143.697
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	567.216	(385.223)	181.993
Equipamentos de informática	20	88.856	(55.675)	33.181
Móveis e utensílios	10	141.912	(44.895)	97.017
Veículos	20	2.159	(726)	1.433
Obras em andamento	-	14.060	-	14.060
Outros imobilizados	10	30.868	(8.157)	22.711
		<u>1.059.320</u>	<u>(565.228)</u>	<u>494.092</u>

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado - 31/12/2011		
		Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	10	176.060	(49.668)	126.392
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	503.618	(317.911)	185.707
Equipamentos de informática	20	79.755	(48.944)	30.811
Móveis e utensílios	10	111.541	(31.094)	80.447
Veículos	20	1.927	(525)	1.402
Obras em andamento	-	15.715	-	15.715
Outros imobilizados	10	30.080	(5.243)	24.837
		<u>918.696</u>	<u>(453.385)</u>	<u>465.311</u>

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado”, durante o exercício, foram as seguintes:

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	440.517	327.915
Adições	149.253	212.505
Baixas	(3.431)	(267)
Depreciação (*)	(115.322)	(99.636)
Saldo no fim do exercício	<u>471.017</u>	<u>440.517</u>

  

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	465.311	347.448
Adições	151.096	221.186
Baixas	(3.604)	(683)
Depreciação (*)	(118.711)	(102.640)
Saldo no fim do exercício	<u>494.092</u>	<u>465.311</u>

#### Teste de redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, todos os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentam indicadores que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de suas lojas. Foram estabelecidos indicadores de desempenho operacional e financeiro e, para as lojas que apresentam indicadores negativos, a Administração efetuou análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo método do fluxo de caixa futuro individual (por loja) descontado a valor presente e comparado ao valor dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de redução do imobilizado e intangível ao seu valor de recuperação.

## 17. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora - 31/12/2012		
		Custo	Amortização	Líquido
Software	20	68.168	(33.261)	34.907
Fundo de comércio (*)	10 a 20	65.989	(22.063)	43.926
Direitos de uso de infraestrutura (*)	20	31.899	(10.724)	21.175
Outros intangíveis	33	63	-	63
		<u>166.119</u>	<u>(66.048)</u>	<u>100.071</u>

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora - 31/12/2011		
		Custo	Amortização	Líquido
Software	20	48.548	(23.447)	25.101
Fundo de comércio (*)	10 a 20	60.619	(13.701)	46.918
Direitos de uso de infraestrutura (*)	20	30.407	(7.680)	22.727
Outros intangíveis	33	62	-	62
		<u>139.636</u>	<u>(44.828)</u>	<u>94.808</u>

	Taxa média anual de amortização - %	Consolidado - 31/12/2012		
		Custo	Amortização	Líquido
Software	20	73.339	(36.347)	36.992
Fundo de comércio (*)	10 a 20	65.989	(22.063)	43.926
Direitos de uso de infraestrutura (*)	20	42.576	(17.262)	25.314
Outros intangíveis	33	68	-	68
		<u>181.972</u>	<u>(75.672)</u>	<u>106.300</u>

	Taxa média anual de amortização - %	Consolidado - 31/12/2011		
		Custo	Amortização	Líquido
Software	20	52.792	(25.742)	27.050
Fundo de comércio (*)	10 a 20	60.619	(13.701)	46.918
Direitos de uso de infraestrutura (*)	20	35.754	(11.577)	24.177
Outros intangíveis	33	67	-	67
		<u>149.232</u>	<u>(51.020)</u>	<u>98.212</u>

(\*) Fundo de comércio adquirido pelas lojas localizadas em ruas enquanto que os direitos de uso de infraestrutura são adquiridos pelas lojas localizadas em shoppings.

Todos os ativos intangíveis da Companhia e de suas controladas são gerados por fatores externos (adquiridos de terceiros) e não há nenhum ativo intangível gerado internamente.

As alterações registradas na rubrica “Intangível”, durante o exercício, foram as seguintes:

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	94.808	81.206
Adições	26.544	31.061
Baixas	-	(642)
Amortização	(21.281)	(16.817)
Saldo no fim do exercício	<u>100.071</u>	<u>94.808</u>

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	98.212	85.024
Adições	32.802	33.853
Baixas	-	(734)
Amortização	(24.714)	(19.931)
Saldo no fim do exercício	<u>106.300</u>	<u>98.212</u>

## 18. FORNECEDORES

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Mercadoria para revenda nacional	192.861	131.572
Mercadoria para revenda proveniente do exterior	13.465	15.325
Serviços	20.227	21.383
Suprimentos	9.630	3.992
Outros	1.326	1.158
Ajuste a valor presente	(2.323)	(3.043)
	<u>235.186</u>	<u>170.387</u>

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Mercadoria para revenda nacional	202.635	137.315
Mercadoria para revenda proveniente do exterior	13.465	15.325
Serviços	22.311	23.443
Suprimentos	10.338	4.245
Outros	1.333	1.158
Ajuste a valor presente	(2.323)	(3.043)
	<u>247.759</u>	<u>178.443</u>

## 19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2012	Controladora	
		Taxa efetiva	Vencimento
Passivo circulante:			
Financiamentos – BNDES	16.495	Juros de 2,3% a.a. + TJLP (b)	De janeiro a agosto de 2013
Banco Itaú BBA S.A. – FINAME	5.259	Juros de 2,5% a 8,7% a.a.	De janeiro a dezembro de 2013
Banco Alfa S.A. FINAME	321	Juros de 4,5% a 5,5% a.a.	De janeiro a dezembro de 2013
Banco Alfa S.A. - arrendamento mercantil	739	Juros de 2,1% a 2,5% a.a. + CDI (a)	De janeiro a dezembro de 2013
SG Equipment Finance S.A.	2.068	Juros de 2,0% a 3,37% a.a. + CDI (a)	De janeiro a dezembro de 2013
Banco Bradesco S.A. - arrendamento mercantil	296	Juros de 2,43% a 2,5% a.a. + CDI (a)	De janeiro a dezembro de 2013
Banco CIT Brasil S.A. - arrendamento mercantil	536	Juros de 2,27% a.a. + CDI (a)	De janeiro a dezembro de 2013
Banco IBM S.A.- arrendamento mercantil	1.098	Juros de 8,1% a 12,7% a.a.	De janeiro a dezembro de 2013

Debêntures	14	Juros de 112,9% a 113,45% do CDI (a)	Junho de 2013
	<u>26.826</u>		
Passivo não circulante:			
Banco Itaú BBA S.A. – FINAME	11.957	Juros de 2,5% a 8,7% a.a.	De janeiro de 2014 a outubro de 2022
Banco Alfa S.A. FINAME	719	Juros de 4,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2014 a janeiro de 2019
Banco do Brasil S.A. FINAME	843	Juros de 2,5% a 5,5%a.a.	De janeiro de 2014 a agosto de 2022
Banco Alfa S.A. - arrendamento mercantil	306	Juros de 2,1% a 2,5% a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2014 a maio de 2015
SG Equipment Finance S.A.	1.479	Juros de 2,0% a 3,37%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2014 a março de 2015
Banco Bradesco S.A. - arrendamento mercantil	126	Juros de 2,43% a 2,5%a.a. + CDI (a)	De janeiro a agosto de 2014
Banco CIT Brasil S.A. - arrendamento mercantil	94	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro a abril de 2014
Banco IBM S.A. - arrendamento mercantil	1.023	Juros de 8,1% a 12,7% a.a.	De janeiro de 2014 a dezembro de 2015
Debêntures	647.767	Juros de 112,9% a 113,45% do CDI (a)	De junho de 2014 a junho de 2018
	<u>664.314</u>		

	31/12/2011	Controladora	
		Taxa efetiva	Vencimento
Passivo circulante:			
Banco Bradesco S.A. – Resolução nº 4.131 (d)	187.844	Juros de 100,9% do CDI (a)	Janeiro de 2012
Financiamentos – BNDES	43.316	Juros de 2,3% a 2,8%a.a + TJLP (b)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Itaú BBA S.A. – FINAME	3.529	Juros de 4,5% a 8,7% a.a.	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Alfa S.A. FINAME	331	Juros de 4,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Alfa S.A. - arrendamento mercantil	712	Juros de 1,35% a 3,7% a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
SG Equipment Finance S.A.	473	Juros de 2,1%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Bradesco S.A. - arrendamento mercantil	264	Juros de 2,3% a 2,5%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco CIT Brasil S.A. - arrendamento mercantil	389	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco IBM S.A.- arrendamento mercantil	316	Juros de 2,1% a 2,32%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Debêntures	1.284	Juros de 112,9% a 113,45% do CDI (a)	Junho de 2012
	<u>238.458</u>		
Passivo não circulante:			
Financiamentos BNDES	15.870	Juros de 2,3% a 2,8%a.a + TJLP (b)	De janeiro de 2013 a agosto de 2013
Banco Itaú BBA S.A. – FINAME	14.232	Juros de 4,5% a 8,7% a.a.	De janeiro de 2013 a outubro de 2021
Banco Alfa S.A. FINAME	934	Juros de 4,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2013 a janeiro de 2019
Banco Alfa S.A. - arrendamento mercantil	850	Juros de 1,35% a 3,7% a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a outubro de 2014
SG Equipment Finance S.A.	687	Juros de 2,1%a.a.	De janeiro de 2013 a



		+ CDI (a)	junho de 2014
Banco Bradesco S.A. - arrendamento mercantil	377	Juros de 2,3% a 2,5%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a agosto de 2014
Banco CIT Brasil S.A. - arrendamento mercantil	444	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a fevereiro de 2014
Banco IBM S.A. - arrendamento mercantil	490	Juros de 2,1%a.a. a 2,32%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a novembro de 2014
Debêntures	647.139	Juros de 112,9% a 113,45% do CDI (a)	De junho de 2013 a junho de 2018
	<u>681.023</u>		

Consolidado			
	31/12/2012	Taxa efetiva	Vencimento
Passivo circulante:			
Banco Safra S.A. – Resolução nº 2.770 (d)	31.161	Juros de 1,15%a.a. + CDI (a)	Março de 2013
Banco Safra S.A. mútuo	8.645	Juros de 1,15%a.a. + CDI (a)	Março de 2013
Banco Bradesco S.A. DI	22.966	Juros de 100% a 101% do CDI (a)	De fevereiro a março de 2013
Financiamentos – BNDES	16.495	Juros de 2,3%a.a. + TJLP (b)	De janeiro a agosto de 2013
Banco Itaú BBA S.A. FINAME	5.310	Juros de 2,5% a 8,7% a.a.	De janeiro a dezembro de 2013
Banco Alfa S.A. – FINAME	320	Juros de 4,5% a 5,5% a.a.	De janeiro a dezembro de 2013
Banco Alfa S.A. – arrendamento mercantil	762	Juros de 2,1% a 2,5% a.a. + CDI (a)	De janeiro a dezembro de 2013
SG Equipment Finance S.A.	2.068	Juros de 2,0% a 3,37%a.a. + CDI (a)	De janeiro a dezembro de 2013
Banco Bradesco S.A. – arrendamento mercantil	296	Juros de 2,43% a 2,5%a.a. + CDI (a)	De janeiro a dezembro de 2013
Banco CIT Brasil S.A. – arrendamento mercantil	536	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro a dezembro de 2013
Banco IBM S.A. – arrendamento mercantil	1.098	Juros de 8,1% a 12,7% a.a.	De janeiro a dezembro de 2013
Debêntures	14	Juros de 112,9% a 113,45% do CDI (a)	Junho de 2013
	<u>89.671</u>		
Passivo não circulante:			
Banco Itaú BBA S.A. FINAME	12.368	Juros de 2,5% a 8,7% a.a.	De janeiro de 2014 a outubro de 2022
FIDC-NP Club (c)	17.614	-	-
Banco Alfa S.A. FINAME	719	Juros de 4,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2014 a janeiro de 2019
Banco do Brasil S.A. FINAME	843	Juros de 2,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2014 a agosto de 2022
Banco Alfa S.A. – arrendamento mercantil	306	Juros de 2,1% a 2,5% a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2014 a maio de 2015
SG Equipment Finance S.A.	1.479	Juros de 2,0% a 3,37%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2014 a março de 2015
Banco Bradesco S.A. – arrendamento mercantil	126	Juros de 2,43% a 2,5%a.a. + CDI (a)	De janeiro a agosto de 2014
Banco CIT Brasil S.A. – arrendamento mercantil	94	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro a abril de 2014
Banco IBM S.A. - arrendamento mercantil	1.023	Juros de 8,1% a 12,7% a.a.	De janeiro de 2014 a dezembro de 2015

Debêntures	647.767	Juros de 112,9% a 113,45% do CDI (a)	De junho de 2014 a junho de 2018
	<u>682.339</u>		
		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>Vencimento</u>
Passivo circulante:			
Banco Bradesco S.A. – Resolução nº 4.131 (d)	187.844	Juros de 100,9% do CDI (a)	Janeiro de 2012
Banco Safra S.A. – Resolução n.º 2.770 (d)	31.467	Juros de 1,3%a.a. + CDI (a)	Fevereiro de 2012
Banco Safra S.A. mútuo	8.966	Juros de 1,3%a.a. + CDI (a)	Fevereiro de 2012
Banco Bradesco S.A. DI	18.480	Juros de 105,3% a 111% do CDI (a)	De janeiro a março de 2012
Financiamentos – BNDES	43.316	Juros de 2,3%a.a. a 2,8%a.a + TJLP (b)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Itaú BBA S.A. FINAME	3.572	Juros de 4,5% a 8,7% a.a.	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Alfa S.A. – FINAME	331	Juros de 4,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Alfa S.A. – arrendamento mercantil	753	Juros de 1,35% a 3,7% a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
SG Equipment Finance S.A.	473	Juros de 2,1%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Bradesco S.A. – arrendamento mercantil	264	Juros de 2,3% a 2,5%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco CIT Brasil S.A. – arrendamento mercantil	389	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco IBM S.A. – arrendamento mercantil	316	Juros de 2,1% a 2,32%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Debêntures	1.284	Juros de 112,9% a 113,45% do CDI (a)	Junho de 2012
	<u>297.455</u>		
Passivo não circulante:			
Financiamentos – BNDES	15.870	Juros de 2,3% a 2,8%a.a + TJLP (b)	De janeiro de 2013 a agosto de 2013
Banco Itaú BBA S.A. FINAME	14.354	Juros de 4,5% a 8,7% a.a.	De janeiro de 2013 a outubro de 2021
FIDC-NP Club (c)	5.850	-	-
Banco Alfa S.A. FINAME	934	Juros de 4,5% a 5,5% a.a.	De janeiro de 2013 a janeiro de 2019
Banco Alfa S.A. – arrendamento mercantil	872	Juros de 1,35% a 3,7% a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a outubro de 2014
SG Equipment Finance S.A.	687	Juros de 2,1%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a junho de 2014
Banco Bradesco S.A. – arrendamento mercantil	377	Juros de 2,3% a 2,5%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a agosto de 2014
Banco CIT Brasil S.A. – arrendamento mercantil	444	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a fevereiro de 2014
Banco IBM S.A. - arrendamento mercantil	490	Juros de 2,1% a 2,32%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a novembro de 2014
Debêntures	647.139	Juros de 112,9% a 113,45% do CDI (a)	De junho de 2013 a dezembro de 2016
	<u>687.017</u>		

(a) CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

(b) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(c) Este montante será liquidado por ocasião do encerramento do FIDC-NP Club.

	Taxa do exercício - %	
	31/12/2012	31/12/2011
TJLP	5,50	6,00
CDI	8,40	11,60

(d) Na mesma data da captação desses recursos, as controladas Marisa Lojas e Club contrataram operações de “swap” com a mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxas pós-fixadas indexadas a um percentual do CDI.

As parcelas do passivo não circulante dos empréstimos e financiamentos vencem como segue:

<u>Ano</u>	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	23.393
2014	7.539	5.722
2015	176.631	176.153
2016	176.114	174.581
Após 2017	304.030	301.174
	<u>664.314</u>	<u>681.023</u>

<u>Ano</u>	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	23.463
2014	7.699	5.771
2015	176.724	176.165
2016	176.190	174.585
Após 2017	321.726	307.033
	<u>682.339</u>	<u>687.017</u>

#### Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), conforme consta nos contratos celebrados com bancos (ver detalhes dos “covenants” a seguir). Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, as cláusulas restritivas encontram-se adimplentes.

#### Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Devem ser fornecidas informações periódicas, tais como: (a) demonstrações financeiras anuais auditadas; (b) manutenção do quadro de funcionários; e (c) alvará de funcionamento das lojas.

#### Garantias de empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Tipo de garantia	31/12/2012	31/12/2011
Banco Bradesco S.A., Banco Safra S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco do Brasil S.A. e HSBC Bank Brasil S.A.	Fianças bancárias	<u>108.360</u>	<u>109.814</u>

## Debêntures

No exercício de 2011, a Companhia captou o montante de R\$650.320 na emissão de debêntures simples, sendo a 1ª emissão em 21 de junho de 2011 no montante de R\$300.000 e a 2ª emissão em 20 de dezembro de 2011 no montante de R\$350.320, ambas não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em série única, aprovada em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 7 de junho de 2011 e 9 de dezembro de 2011, respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Principal	650.320	650.320
Custos de transação a apropriar	(3.281)	(3.819)
Juros a pagar	742	1.922
	<u>647.781</u>	<u>648.423</u>
Passivo circulante	14	1.284
Passivo não circulante	<u>647.767</u>	<u>647.139</u>
	<u>647.781</u>	<u>648.423</u>

### Características:

	Data de emissão	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos Financeiros
1ª emissão	21/06/2011	Restrita	300	1.000	111,95% do CDI

- Valor nominal: as debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000;
- Garantia: as debêntures não possuem garantias;
- Prazo e data de vencimento: as debêntures possuem prazo de vigência de 7 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de junho de 2018;
- Preço de subscrição e forma de integralização: as debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição;
- Amortização: no vencimento em 21 de junho de 2018;
- Remuneração: o valor nominal unitário das debêntures não é atualizado, sendo que estas rendem juros correspondentes à variação acumulada de 111,95% (taxa efetiva 113,45%) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, denominada “Taxa DI over extra grupo”, base duzentos e cinquenta e dois dias úteis, divulgada pela CETIP. A remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado desde a data da primeira integralização, até a data do seu efetivo pagamento. Os juros são amortizados semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 21 de dezembro de 2011.

	Data de emissão	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos Financeiros
2ª emissão	20/12/2011	Restrita	350	1.000	111,20% do CDI

- Valor nominal: as debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000;
- Garantia: as debêntures não possuem garantias;
- Prazo e data de vencimento: as debêntures possuem prazo de vigência de 5 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de dezembro de 2016;
- Preço de subscrição e forma de integralização: as debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição;
- Amortização: em duas parcelas anuais, sendo a primeira em 20 de dezembro de 2015 e a segunda em 20 de dezembro de 2016;
- Remuneração: o valor nominal unitário das debêntures não é atualizado, sendo que estas rendem juros correspondentes à variação acumulada de 111,20% (taxa efetiva 112,90%) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, denominada “Taxa DI over extra grupo”, base duzentos e cinquenta e dois dias úteis, divulgada pela CETIP. A remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado desde a data da primeira integralização, até a data do seu efetivo pagamento. Os juros são amortizados semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 20 de junho de 2012.

Em relação às cláusulas de “covenants” financeiros o contrato exige da Companhia, a manutenção da razão entre Dívida Líquida e EBITDA (“*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*”, que traduzido para o português significa: “Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) em patamar inferior a 3,5 vezes ao ano, considerando-se como dívida líquida a somatória das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante; considera-se EBITDA como o lucro operacional antes dos juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas de “covenants”.

Os custos de transação relacionados com emissão das debêntures totalizaram R\$4.437, sendo apropriados no resultado pelo prazo de vencimento das debêntures, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$3.281 e será amortizado conforme abaixo demonstrado:

#### Ano

2013	727
2014	727
2015	727
2016 a 2018	1.100
	<u>3.281</u>

## 20. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Férias	24.874	22.736
Salários a pagar	7.164	6.184
Participação nos lucros	11.120	-
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	1.894	1.649
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	6.297	5.111
Outros	2.422	2.257
	<u>53.771</u>	<u>37.937</u>

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Férias	26.820	24.556
Salários a pagar	7.644	6.674
Participação nos lucros	11.972	-
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	2.023	1.794
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	6.733	5.539
Outros	2.611	2.419
	<u>57.803</u>	<u>40.982</u>

## 21. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
ICMS	65.995	62.200
CSLL	295	243
COFINS	13.836	18.192
PIS	2.425	4.385
Outros	3.720	2.351
	<u>86.271</u>	<u>87.371</u>

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
ICMS	65.970	62.171
IRPJ	12.337	12.440
CSLL	5.832	4.747
COFINS	14.623	18.943
PIS	2.577	4.535
Outros	4.311	2.794
	<u>105.650</u>	<u>105.630</u>

## 22. RECEITA DIFERIDA

Em conexão com a criação do cartão de crédito Itaú/Marisa (“co-branded”) ocorrida em 2008, a Companhia recebeu do Itaú Unibanco a quantia de R\$120.000 decorrentes da exclusividade e do uso da base de dados de clientes da Companhia.

A receita diferida é apropriada ao resultado pela fruição de prazo do respectivo contrato, estipulado em dez anos. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da receita diferida é de R\$71.000, sendo R\$12.000 no passivo circulante e R\$59.000 no passivo não circulante (R\$83.000, sendo R\$12.000 no passivo circulante e R\$71.000 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia e o Itaú Unibanco dividirão, ainda, na proporção de 50% para cada um, os resultados decorrentes da referida oferta, distribuição e comercialização dos cartões de crédito, sendo o pagamento do resultado efetuado trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu o montante de R\$37.262 (R\$30.358 em 31 de dezembro de 2011) referente sua participação no resultado da transação, restando o valor a receber de R\$10.798 (R\$9.333 em 31 de dezembro de 2011) registrados pela Companhia na rubrica “Outros créditos”.

## 23. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos, em sua maioria de natureza cível. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que a provisão para litígios e demandas judiciais é suficiente para cobrir as perdas prováveis. Os saldos das provisões para litígios e demandas judiciais são os seguintes:

	Controladora					
	31/12/2011	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	31/12/2012
Tributárias:						
FGTS (a)	7.938	748	-	-	465	9.151
ICMS	1.540	-	-	-	-	1.540
FAP/RAT	2.352	353	-	-	132	2.837
Outros riscos tributários	105	1	-	-	-	106
	11.935	1.102	-	-	597	13.634
Trabalhistas	17.919	13.899	(13.642)	-	-	18.176
Cíveis	1.971	2.014	(2.661)	-	-	1.324
	31.825	17.015	(16.303)	-	597	33.134
Depósitos judiciais	30.814	34.907	(24.543)	-	473	41.651
	Consolidado					
	31/12/2011	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	31/12/2012
Tributárias:						
FGTS (a)	7.938	749	-	-	465	9.152
CSLL (b)	5.346	2.233	-	-	406	7.985
ICMS	1.540	-	-	-	-	1.540
FAP/RAT	2.512	356	-	-	134	3.002
Outros riscos tributários	105	1	-	-	-	106
	17.441	3.339	-	-	1.003	21.785
Trabalhistas	18.261	15.305	(14.640)	-	163	19.089
Cíveis	17.648	10.457	(16.017)	-	1.737	13.825
	53.350	29.101	(30.657)	-	2.903	54.699
Depósitos judiciais	36.669	56.237	(44.694)	-	1.843	50.055

(a) A Companhia impetrou ação judicial contra a União Federal requerendo a inconstitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 110/01, a qual não respeitou o princípio da anterioridade para alteração da alíquota do FGTS. Tendo em vista a revogação parcial da tutela, em 19 de maio de 2004, a Companhia optou por continuar fazendo os

depósitos judiciais das contribuições sociais e não o recolhimento das aludidas cobranças.

- (b) A propositura da ação judicial discute o aumento da base de cálculo da CSLL, quando calculada com base no lucro presumido. O questionamento dispõe sobre os valores apurados da diferença da base de cálculo, majorando de 12% para 32%. As controladas Due Mille, TCM, TEF e Primos depositam mensalmente os valores. As ações tramitam na 17ª Vara da Justiça Federal e não há entendimento pacífico acerca da matéria; diante do exposto, a chance de perda é provável devido à tese desenvolvida.
- (c) A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2012, são partes em 1.106 (1.025 em 2011) reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária.
- (d) A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2012, são partes em 4.918 (6.807 em 2011) ações e procedimentos cíveis, no âmbito da justiça cível, do juizado especial cível e do Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor - PROCON, movidos por consumidores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham, ainda, em andamento outros processos, cuja materialização, na avaliação dos consultores legais, são classificadas como perdas possíveis, no valor aproximado de R\$80.038 (R\$70.980 em 31 de dezembro de 2011), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

A Companhia e suas controladas estão contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e processos cíveis e efetuaram depósitos para recursos de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais e depósitos em caução relacionados com os recursos sobre processos judiciais, no montante de R\$50.055, sendo R\$41.651 da Controladora (R\$36.669 em 31 de dezembro de 2011, sendo R\$30.814 da Controladora).

#### 24. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Parcelamento efetuado em maio de 2003	304	882
Pedido de parcelamento efetuado em novembro de 2009 (REFIS)	844	34.693
	<u>1.148</u>	<u>35.575</u>
Passivo circulante	489	13.204
Passivo não circulante	659	22.371
	<u>1.148</u>	<u>35.575</u>

  

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Parcelamento efetuado em maio de 2003	304	882
Pedido de parcelamento efetuado em novembro de 2009 (REFIS)	844	35.212
	<u>1.148</u>	<u>36.094</u>



Passivo circulante	489	13.723
Passivo não circulante	659	22.371
	<u>1.148</u>	<u>36.094</u>

Os detalhes desses parcelamentos são como segue:

- Em 30 de novembro de 2009, a Companhia e suas controladas indiretas Credi-21, TEF e Due Mille aderiram ao parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, previsto na Lei nº 11.941/09, referentes ao diferencial de 1% da alíquota da COFINS e tributos vencidos até 30 de novembro de 2008, os quais serão pagos em até 180 meses, e podem ser resumidos como segue:

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	34.693	45.932
Correção – TJLP	3.789	2.686
Amortização	(38.482)	(13.925)
Saldo no fim do exercício	<u>-</u>	<u>34.693</u>
Passivo circulante	-	12.616
Passivo não circulante	-	22.077
	<u>-</u>	<u>34.693</u>

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	35.212	48.026
Correção – TJLP	3.520	2.901
Amortização	(38.732)	(15.715)
Saldo no fim do exercício	<u>-</u>	<u>35.212</u>
Passivo circulante	-	13.135
Passivo não circulante	-	22.077
	<u>-</u>	<u>35.212</u>

Com base na referida Lei, a opção exercida pela Companhia e por suas controladas propiciou um desconto de 60% sobre a multa e 25% sobre os juros, no montante de R\$5.696, registrados na rubrica “reversão de provisão para litígios e demandas judiciais” no trimestre findo em 30 de junho de 2011 após consolidação dos débitos pela Receita Federal do Brasil ocorrida no mesmo período.

Em 28 de fevereiro de 2012, a Companhia efetuou o pagamento integral antecipado do parcelamento de tributos (REFIS) no montante R\$38.482.

Os parcelamentos do passivo não circulante vencem como segue:

	Controladora e Consolidado	
Ano	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	12.909
2014	184	9.462

2015	184	-
Acima de 2016	291	-
	<u>659</u>	<u>22.371</u>

## 25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia, no montante de R\$660.159 (R\$651.106 em 31 de dezembro de 2011), estava representado por 185.448.891 (184.551.230 em 31 de dezembro de 2011) ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembléia Geral, distribuído conforme segue:

	31/12/2012		
	Valor	Total de ações	%
Acionistas domiciliados no País - bloco de controle (pessoas físicas)	494.350	138.870.637	74,88
Mercado	165.809	46.578.254	25,12
	<u>660.159</u>	<u>185.448.891</u>	<u>100,00</u>

  

	31/12/2011		
	Valor	Total de ações	%
Acionistas domiciliados no País - bloco de controle (pessoas físicas)	488.550	138.475.829	75,03
Mercado	162.556	46.075.401	24,97
	<u>651.106</u>	<u>184.551.230</u>	<u>100,00</u>

Em 26 de março de 2012 e 02 de abril de 2012, o capital social foi aumentado em R\$7.132 e R\$1.921, respectivamente, em decorrência do exercício de opção de ações previsto no Plano de Outorga de Compra e Subscrição.

### b) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 450.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal.

Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive o preço e o prazo de integralização.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

O Conselho de Administração da Companhia poderá outorgar a opção de compra ou subscrição de ações, de acordo com os Programas de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição aprovados em Assembleia Geral, a seus membros da Administração e aos empregados em posição de comando, bem como aos prestadores de serviço altamente qualificados da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas, sem direito de preferência para os acionistas quando da outorga ou do exercício das opções.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2012, a reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, no montante de R\$158.384 (R\$124.697 em 2011). A retenção referente ao exercício de 2012 está fundamentada em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

d) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$11.496 (R\$8.875 em 31 de dezembro de 2011), conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, com os seguintes ajustes: (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração poderá propor, e a Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovar, a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foram destacados os montantes a título de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, divididos da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	229.914	177.493
Constituição da reserva legal (5%) (i)	(11.496)	(8.875)
Base de cálculo dos dividendos	218.418	168.618
Dividendos propostos (ii)	21.435	31.576
Juros sobre o capital próprio (iii)	38.599	12.345
IRRF incidente sobre os juros sobre o capital próprio	(5.430)	(1.767)
	54.604	42.154
Dividendos por ação	0,29444	0,22842
Percentual dos dividendos e juros sobre o capital próprio	25,00%	25,00%

(i) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.d).

(ii) Em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 19 de abril de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia que detinham ações nessa mesma data, no montante de R\$31.576 referente aos dividendos propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, pagos em 15 de maio de 2012.

Os dividendos propostos pela Administração da Companhia no montante de R\$21.435 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 serão submetidos à aprovação na AGO, em reunião a ser realizada no prazo legal.

Os juros sobre o capital próprio propostos pela Administração da Companhia no montante de R\$38.599 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 serão submetidos à aprovação na AGO, em reunião a ser realizada no prazo legal.

- (iii) Em AGO, realizada em 19 de abril de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$12.345, pagos em 06 de junho de 2011.

f) Plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações

- (i) Em 12 de agosto de 2008, foi celebrado o Contrato de Opção e Outorga para cada um dos sete executivos indicados, sendo o preço de exercício das opções equivalente a R\$9,00 para cada ação, corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA a partir dessa data até a data da efetiva subscrição. A única condição de aquisição (“vesting conditions”) imposta pelo plano é de que os membros da Administração e os empregados em posição de comando, bem como os prestadores de serviços altamente qualificados da Companhia ou de suas controladas, prestem serviços para a Companhia pelo prazo de quatro anos.
- (ii) Em 15 de agosto de 2011, o Conselho de Administração da Companhia estabeleceu o plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações, através do Contrato de Opção de Outorga, indicando os membros de sua Administração e empregados em posição de comando e prestadores de serviços altamente qualificados da Companhia ou de suas controladas, com o objetivo de estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia. A opção poderá ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção de Outorga, observando a vigência do plano.

Em 17 de agosto de 2011, foi celebrado o Contrato de Opção e Outorga para os participantes, sendo o preço de exercício das opções equivalente a R\$14,84 para cada ação, corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA a partir dessa data até a data da efetiva subscrição. A única condição de aquisição (“vesting conditions”) imposta pelo plano é de que os membros da Administração e os empregados em posição de comando, bem como os prestadores de serviços altamente qualificados da Companhia ou de suas controladas, prestem serviços para a Companhia pelo prazo de quatro anos.

- (iii) Em 09 de maio de 2012, foi celebrado o Contrato de Opção e Outorga para os participantes, sendo o preço de exercício das opções equivalente a R\$14,84 para cada ação, corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA a partir dessa data até a data da efetiva subscrição. A única condição de aquisição (“vesting conditions”) imposta pelo plano é de que os membros da Administração e os empregados em posição de comando, bem como os prestadores de serviços altamente qualificados da Companhia ou de suas controladas, prestem serviços para a Companhia pelo prazo de quatro anos.

A Companhia, por decisão do seu Conselho de Administração, observando limites impostos pela regulamentação aplicável à época, irá definir, a cada exercício, se as ações objeto do contrato de opção serão adquiridas mediante a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou mediante compra e venda de ações mantidas em tesouraria que serão emitidas ou adquiridas em virtude do plano, observada a regulamentação em vigor.

O valor justo para os planos de opções de compra das ações foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram

refletidos no resultado, na rubrica “Despesas operacionais”, e no patrimônio líquido, na rubrica “Reserva de lucros”, como segue:

Ano da outorga	Despesas incorridas	Exercícios futuros	Total
2008	907	-	907
2011	2.624	1.305	3.929
2012	619	1.082	1.701
	<u>4.150</u>	<u>2.387</u>	<u>6.537</u>

O quadro a seguir apresenta a movimentação das outorgas de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	31/12/2012		
	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga
Quantidade inicial de opções de compra de ações emitidas - mil	810	305	-
Emissão de opções de compra de ações - mil	-	-	146
(-) Exercício das opções de compra de ações - mil	(810)	(88)	-
(=) Quantidade final de opções de compra de ações - mil	<u>-</u>	<u>217</u>	<u>146</u>
Preço de exercício da opção (corrigido pelo IPCA descontados os dividendos e Juros sobre o Capital Próprio) - R\$	-	15,69	15,23
Valor de mercado da ação - R\$	<u>-</u>	<u>32,53</u>	<u>32,53</u>
	31/12/2011		
	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga
Quantidade inicial de opções de compra de ações emitidas - mil	810	305	-
Emissão de opções de compra de ações - mil	-	-	-
(-) Exercício das opções de compra de ações - mil	-	-	-
(=) Quantidade final de opções de compra de ações - mil	<u>810</u>	<u>305</u>	<u>-</u>
Preço de exercício da opção (corrigido pelo IPCA descontados os dividendos e Juros sobre o Capital Próprio) - R\$	9,38	15,16	-
Valor de mercado da ação - R\$	<u>17,10</u>	<u>17,10</u>	<u>-</u>

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga
Data da outorga	12/08/2008	17/08/2011	09/05/2012
Término do prazo de exercício das opções	12/08/2013	17/08/2016	09/05/2017
“Dividend yield”	0,2855%	0,0%	0,0%
Volatilidade do preço da ação - ao dia	3,33%	2,77%	1,50%
Taxa de juros livre de risco	12,55%	11,65%	9,95%
“Vesting period” (dias úteis) - período máximo (20% por ano para cada “vesting”)	1.157	1.258	1.262
Preço de exercício da opção na data da outorga - R\$	<u>9,00</u>	<u>14,84</u>	<u>14,84</u>
Preço de exercício da opção, corrigido pelo IPCA descontados os dividendos e Juros sobre o Capital Próprio até 31 de dezembro de 2012 - R\$	<u>-</u>	<u>15,69</u>	<u>15,23</u>
Valor justo na data da outorga - R\$	<u>0,77</u>	<u>12,87</u>	<u>11,68</u>

## 26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional bruta:		
Vendas de mercadorias	3.465.598	2.945.044
Prestação de serviços	1.395	1.085
Impostos incidentes:		
Vendas de mercadorias	(851.841)	(720.598)
Prestação de serviços	(82)	(39)
Devoluções:		
Vendas de mercadorias	(256.793)	(234.208)
	<u>2.358.277</u>	<u>1.991.284</u>

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional bruta:		
Vendas de mercadorias	3.509.192	2.943.868
Operações com cartão de crédito	310.572	328.143
Prestação de serviços	104.643	99.300
Operação com crédito pessoal	76.560	43.461
Impostos incidentes:		
Vendas de mercadorias	(853.197)	(720.590)
Prestação de serviços	(13.589)	(9.659)
Devoluções:		
Vendas de mercadorias	(256.793)	(234.208)
	<u>2.877.388</u>	<u>2.450.315</u>

## 27. CUSTOS DA REVENDA DE MERCADORIAS, DE OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO, DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Custo da revenda de mercadorias	<u>(1.219.431)</u>	<u>(1.001.404)</u>

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Custo da revenda de mercadorias	(1.202.931)	(947.544)
Custo de operações com cartão de crédito	(154.992)	(194.451)
Custo da prestação de serviços	(81.326)	(82.372)
Custo de operações com crédito pessoal	(28.484)	(20.814)
	<u>(1.467.733)</u>	<u>(1.245.181)</u>

## 28. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com pessoal e serviços	(409.004)	(373.018)
Utilidades públicas	(62.530)	(48.680)
Despesas de comunicação, distribuição e locação	(275.501)	(259.401)
Outras	(53.391)	(43.604)
	<u>(800.426)</u>	<u>(724.703)</u>

  

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com pessoal e serviços	(381.886)	(335.208)
Utilidades públicas	(62.560)	(48.723)
Despesas de comunicação, distribuição e locação	(278.930)	(261.502)
Outras	(53.921)	(43.738)
	<u>(777.297)</u>	<u>(689.171)</u>

## 29. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com pessoal e serviços	(103.796)	(104.476)
Utilidades públicas	(3.660)	(3.906)
Despesas locatícias	(3.190)	(2.520)
Despesas tributárias	(336)	(730)
Outras	(11.354)	(10.640)
	<u>(122.336)</u>	<u>(122.272)</u>

  

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com pessoal e serviços	(119.326)	(115.427)
Utilidades públicas	(4.839)	(5.129)
Despesas locatícias	(3.564)	(3.568)
Despesas tributárias	(380)	(2.940)
Outras	(13.066)	(14.007)
	<u>(141.175)</u>	<u>(141.071)</u>

## 30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Créditos tributários	19.902	21.508
Despesas recuperadas	1.366	5.156
Reversão (constituição) de provisão/perdas para litígios e demandas judiciais, líquida	(12.021)	4.167
Outras (i)	8.028	3.396
	<u>17.275</u>	<u>34.227</u>

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Créditos tributários	20.138	21.508
Despesas recuperadas	1.366	12.283
Reversão (constituição) de provisão/perdas para litígios e demandas judiciais, líquida	(25.610)	(12.555)
Outras (i)	11.764	7.201
	<u>7.658</u>	<u>28.437</u>

(i) Recebimento de indenização por rompimento de contrato locatício em 2012 no montante de R\$4.376.

### 31. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente - fornecedores	(30.220)	(32.285)
Perda em “swap” (a)	(4.745)	(107.714)
Juros	(61.877)	(39.952)
Despesas bancárias	(1.356)	(2.178)
Variação cambial passiva	(269)	(83.500)
Variação monetária passiva (b)	(8.462)	(4.964)
Outras	(1.355)	(711)
	<u>(108.284)</u>	<u>(271.304)</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	12.492	38.605
Ganho em “swap” (a)	23.891	87.530
Variação cambial ativa	2.049	61.782
Descontos obtidos	835	589
Outras	4.006	3.164
	<u>43.273</u>	<u>191.670</u>

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente - fornecedores	(30.220)	(32.285)
Perda em “swap” (a)	(4.745)	(107.714)
Juros	(61.906)	(39.970)
Despesas bancárias	(1.821)	(3.441)
Variação cambial passiva	(269)	(83.500)
Variação monetária passiva (b)	(8.989)	(5.564)
Descontos concedidos (c)	(8.399)	(4.700)
Outras	(6.147)	(2.765)
	<u>(122.496)</u>	<u>(279.939)</u>

Receitas financeiras:



Aplicações financeiras	24.145	62.122
Ganho em “swap” (a)	23.891	87.530
Variação cambial ativa	2.049	61.787
Descontos obtidos	865	651
Outras	6.425	4.844
	<u>57.375</u>	<u>216.934</u>

- (a) Refere-se ao resultado com a operação de *swap* junto ao Banco Bradesco S.A., conforme mencionado na nota explicativa n.º 8 (em 31 de dezembro de 2011 refere-se a resultado com instrumentos financeiros para troca de indexador de passivos financeiros, conforme demonstrado nas notas explicativas n.º 34.g e n.º 34.i).
- (b) Refere-se substancialmente a variação monetária sobre REFIS pago em fevereiro de 2012, no montante total de R\$4.560.
- (c) Refere-se a novas ações de cobrança alinhadas ao perfil econômico da carteira em atraso.

### 32. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Custo de mercadorias	1.219.431	1.012.119
Despesa com pessoal e encargos	367.066	325.365
Despesas de serviços e utilidades públicas	197.409	189.196
Provisões (reversões) - provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingências	12.021	(7.605)
Despesas de aluguéis e correlatos	198.529	164.501
Despesas de depreciação e amortização	136.603	109.598
Custo de empréstimos e financiamentos	66.792	146.253
Outras despesas financeiras	41.493	125.052
Despesas de comunicação e distribuição	83.931	99.846
Despesas com consultoria e auditoria	14.515	15.521
Outras despesas	67.793	62.285
	<u>2.405.583</u>	<u>2.242.131</u>

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Custo de mercadorias	1.202.931	958.259
Despesa com pessoal e encargos	412.321	365.679
Despesas de serviços e utilidades públicas	209.200	188.103
Provisões (reversões) - provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingências	218.749	190.261
Despesas de aluguéis e correlatos	202.683	168.202
Despesas de depreciação e amortização	143.077	115.397
Custo de empréstimos e financiamentos	67.565	147.393
Outras despesas financeiras	58.497	137.198
Despesas de comunicação e distribuição	86.647	104.274
Despesas com consultoria e auditoria	23.875	22.362
Outras despesas	105.956	101.630
	<u>2.731.501</u>	<u>2.498.758</u>

### 33. LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a IAS 33 - Lucro por Ação e CPC 41 – Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido de operações em continuidade atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	229.914	177.493
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação	185.235	184.551
Efeito da diluição:		
Opções de ações	363	1.115
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	185.598	185.666
Lucro líquido por ação básico - R\$	1,24120	0,96175
Lucro líquido por ação diluído - R\$	1,23877	0,95598

### 34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### a) Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Total dos empréstimos e financiamentos e debêntures	772.010	984.472
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(285.319)	(641.294)
Dívida líquida	486.691	343.178
Total do patrimônio líquido	1.039.049	857.765
Total do capital total	1.525.740	1.200.943
Índice de alavancagem financeira	32%	29%

b) Políticas contábeis significativas

Os detalhes das principais políticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritas na nota explicativa nº 3.

c) Categorias dos instrumentos financeiros

	Controladora	
	Valor contábil e valor de mercado	
	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros:		
Títulos e valores mobiliários	7.783	5.824
Caixa e equivalentes de caixa	184.814	438.061
Contas a receber de clientes	386.093	320.272
	<u>578.690</u>	<u>764.157</u>
Passivos financeiros:		
Fornecedores	235.186	170.387
Empréstimos e financiamentos	43.359	271.058
Debêntures	647.781	648.423
	<u>926.326</u>	<u>1.089.868</u>

	Consolidado	
	Valor contábil e valor de mercado	
	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros:		
Títulos e valores mobiliários	8.077	6.050
Caixa e equivalentes de caixa	285.319	641.294
Contas a receber de clientes	878.325	682.365
	<u>1.171.721</u>	<u>1.329.709</u>
Passivos financeiros:		
Fornecedores	247.759	178.443
Empréstimos e financiamentos	124.229	336.049
Debêntures	647.781	648.423
	<u>1.019.769</u>	<u>1.162.915</u>

A Administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços. O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado.

Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

d) Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração das controladas por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). O saldo de clientes sujeito a risco de crédito está apresentado na nota explicativa n.º 9. A Companhia registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$67.084 (R\$61.501 em 31 de dezembro de 2011), para cobrir os riscos de crédito.

A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição em particular. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a risco de crédito estão apresentados nas notas explicativas n.º 7 e 8.

e) Riscos de mercado

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente na compra de estoque para revenda, o qual está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras.

A Administração estabeleceu uma política que exige que, através de seu Diretor Financeiro, se apresente mensalmente ao Conselho de Administração a posição atual de exposição em moeda estrangeira e seus riscos inerentes para a tomada de decisão de necessidade ou não de uma proteção para risco cambial.

f) Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia e de suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e “funding” e risco de contraparte. O programa de gestão de risco global da Companhia e de suas controladas concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é exercida pela Presidência e por todas as diretorias e monitorada pelo Departamento de Gestão de Riscos da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O departamento identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

g) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

A Companhia e sua controlada Club captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros com o Banco Bradesco e Banco Safra, para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI, acrescido de taxa prefixada.

Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Dessa forma, a Administração entende que, na essência, essa operação é um empréstimo denominado em moeda local acrescido de uma determinada taxa de juros; portanto, o tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Em 02 de março de 2012, a Companhia firmou nova operação de swap com o Banco Bradesco S.A.. O contrato prevê a troca de fluxos financeiros futuros onde a Companhia ficará ativa na variação de preços de suas próprias ações e passiva em uma taxa de juros atrelada à variação do CDI + taxa pré-fixada.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos contratos em aberto é como segue:

31/12/2012						
Vencimento	Valor de referencia (nacional)	Banco		Companhia		Ajuste líquido
		Indexador	Juros	Indexador	Juros - %	
Março de 2013	<u>28.836</u>	US\$	3,50% a.a.	CDI	1,15% a.a.	<u>31.161</u>
31/12/2011						
Vencimento	Valor de referencia (nacional)	Banco		Companhia		Ajuste líquido
		Indexador	Juros	Indexador	Juros - %	
Janeiro de 2012	168.570	US\$	2,04% a.a.	CDI	100,9%	187.844
Fevereiro de 2012	<u>30.681</u>	US\$	3,90% a.a.	CDI	101,32%	<u>31.632</u>
	<u>199.251</u>					<u>219.476</u>

O montante envolvido em empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira está registrado na rubrica “Empréstimos e financiamentos” em contrapartida a conta de “Receitas e despesas financeiras”.

Considerando o exposto anteriormente, a Companhia e suas controladas não estão sujeitas a risco de mudanças nas taxas de câmbio; dessa forma, não foram considerados para serem medidos pela análise de sensibilidade, considerando que a Companhia e suas controladas estão única e exclusivamente expostas à variação do CDI nos contratos de empréstimos.

#### h) Taxa de juros

As controladas da Companhia estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, único indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	31/12/2012				
	Montante	Risco	Provável (i)	Possível(ii)	Remoto (iii)
Aplicações financeiras					
sujeitas à variação do CDI	233.261	Alta do CDI	13.393	16.741	20.089
Juros sobre empréstimos					
sujeitos à variação do CDI	(718.341)	Alta do CDI	(65.176)	(81.470)	(97.764)

Operação	31/12/2011				
	Montante	Risco	Provável (i)	Possível(ii)	Remoto (iii)
Aplicações financeiras					
sujeitas à variação do CDI	612.586	Alta do CDI	64.864	81.080	97.296
Juros sobre empréstimos					
sujeitos à variação do CDI	(890.197)	Alta do CDI	(105.600)	(132.000)	(158.401)

(i) Juros calculados com base na variação média atual do CDI.

(ii) Juros calculados considerando um incremento de 25% na variação do CDI.

(iii) Juros calculados considerando um incremento de 50% na variação do CDI

#### i) Gerenciamento do risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, o Departamento de Operações Financeiras - DOF mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia e por suas controladas:

	31/12/2012				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	247.759	-	-	-	247.759
Financiamentos bancários	87.494	5.758	354.542	314.080	761.875
Financiamentos bancários - arrendamento financeiro	5.102	2.746	569	-	8.417
	<u>340.355</u>	<u>8.504</u>	<u>355.111</u>	<u>314.080</u>	<u>1.018.050</u>

  

	31/12/2011				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	178.443	-	-	-	178.443
Financiamentos bancários	302.095	23.665	356.286	307.973	990.019
Financiamentos bancários - arrendamento financeiro	3.044	1.581	636	-	5.261
	<u>483.582</u>	<u>25.246</u>	<u>356.922</u>	<u>307.973</u>	<u>1.173.723</u>

j) Mensuração e hierarquia do valor justo

O valor justo é um preço existente, representando o valor que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação normal entre participantes do mercado.

Dessa forma, o valor justo é uma mensuração baseada no mercado e assim deve ser determinado com base em premissas que os participantes do mercado usariam na determinação de preços de um ativo ou passivo. Como base para a consideração de tais estabelece-se uma hierarquia de valor justo de três níveis que prioriza as entradas usadas na mensuração do valor justo como segue:

- Nível 1. Insumos observáveis tais como os com preços cotados em mercados ativos;
- Nível 2. Insumos, outros que não os com preços cotados em mercados ativos que são observáveis quer direta ou indiretamente; e
- Nível 3. Insumos não observáveis, para os quais existem poucos ou nenhum dado de mercado, que exige que a entidade de reporte desenvolva as suas próprias premissas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes da mensuração e hierarquia do valor justo:

	Instrumentos Derivativos – contratos de swaps de ações	Instrumentos Derivativos – contratos de swaps de juros	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Outras fontes significativas observáveis (Nível 2)	Insumos não observáveis significativos (Nível 3)
Saldos em 31 de dezembro	18.746	4.219	-	22.965	-

de 2012					
Saldos em 31 de dezembro					
de 2011	3.703	-	-	3.703	-

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve transferência entre os níveis 1 e 2 da mensuração do valor justo ou transferências para o nível 3.

### 35. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia possuía contratos de locação firmados com empresas ligadas e terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

O valor da locação dos imóveis de empresas ligadas é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 3,39% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FIPE. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por até dois períodos de cinco anos.

O valor da locação dos imóveis de terceiros é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 3,23% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação.

No período findo em 31 de dezembro de 2012, as despesas de aluguéis, líquidas de Pis e Cofins a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$154.842 (R\$129.639 em 31 de dezembro de 2011). O saldo da rubrica “Aluguéis a pagar” é de R\$16.231 (R\$13.130 em 31 de dezembro de 2011).

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, a valores de 31 de dezembro de 2012, totalizam um montante mínimo de R\$822.773, assim distribuído:

<u>Exercício</u>	<u>Valor</u>
2013	136.146
2014	134.925
2015	122.470
2016	107.772
2017 a 2028	321.460
	<u>822.773</u>

### 36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O pronunciamento técnico CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pelo Diretor-presidente, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em varejo e operações de crédito. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- Varejo – atividade de varejo com foco em consumidores da classe C.



- Operações cartão de crédito - por meio do Cartão Marisa e “Co-Branded” Marisa Itaucard e gerenciado pela controlada Club, ofertam aos consumidores da Companhia o crédito para aquisição de produtos, além de seguros, pagamento de contas e empréstimo pessoal.
- Operações crédito pessoal - por meio da SAX, oferta empréstimo pessoal aos consumidores da Companhia.

a) Demonstração consolidada do resultado, ativos e passivos consolidados por segmento:

31/12/2012				
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	2.398.936	396.155	82.297	2.877.388
Custos e devoluções do segmento	(1.202.931)	(236.318)	(28.484)	(1.467.733)
Lucro bruto	1.196.005	159.837	53.813	1.409.655
Despesas com vendas	(777.297)	-	-	(777.297)
Despesas gerais e administrativas	(124.306)	(7.282)	(9.587)	(141.175)
Depreciação e amortização	(139.383)	(3.781)	(261)	(143.425)
Receitas financeiras	45.189	12.186	-	57.375
Despesas financeiras	(108.437)	(13.782)	(277)	(122.496)
Outras receitas (despesas) operacionais	16.915	(8.951)	(306)	7.658
	<u>108.686</u>	<u>138.227</u>	<u>43.382</u>	<u>290.295</u>

31/12/2011				
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	1.990.263	412.476	47.576	2.450.315
Custos e devoluções do segmento	(958.259)	(277.474)	(17.057)	(1.252.790)
Lucro bruto	1.032.004	135.002	30.519	1.197.525
Despesas com vendas	(689.991)	-	-	(689.991)
Despesas gerais e administrativas	(128.021)	(8.676)	(6.992)	(143.689)
Depreciação e amortização	(111.984)	(3.166)	(247)	(115.397)
Receitas financeiras	202.479	25.170	-	227.649
Despesas financeiras	(271.432)	(8.291)	(216)	(279.939)
Outras receitas (despesas) operacionais	37.354	(4.827)	(3.758)	28.769
	<u>70.409</u>	<u>135.212</u>	<u>19.306</u>	<u>224.927</u>

31/12/2012				
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	206.081	66.500	12.738	285.319
Contas a receber de clientes	209.310	598.388	70.627	878.325
Estoques	367.580	-	-	367.580
Imobilizado e intangível	592.095	7.886	411	600.392
Outros	231.801	72.533	4.741	309.075
	<u>1.606.867</u>	<u>745.307</u>	<u>88.517</u>	<u>2.440.691</u>

	31/12/2011			
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	449.974	185.518	5.802	641.294
Contas a receber de clientes	159.463	484.998	37.904	682.365
Estoques	281.391	-	-	281.391
Imobilizado e intangível	557.721	5.159	643	563.523
Outros	186.170	74.744	3.112	264.026
	<u>1.634.719</u>	<u>750.419</u>	<u>47.461</u>	<u>2.432.599</u>

	31/12/2012			
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Fornecedores	245.330	2.429	-	247.759
Empréstimos e financiamentos	691.469	57.575	22.966	772.010
Impostos a recolher	88.635	8.019	8.996	105.650
Provisão para litígios e demandas judiciais	35.950	18.551	198	54.699
Parcelamento de tributos	1.148	-	-	1.148
Outros	119.306	99.354	1.716	220.376
Patrimônio líquido	425.029	559.379	54.641	1.039.049
	<u>1.606.867</u>	<u>745.307</u>	<u>88.517</u>	<u>2.440.691</u>

	31/12/2011			
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Fornecedores	176.694	1.749	-	178.443
Empréstimos e financiamentos	919.480	46.512	18.480	984.472
Impostos a recolher	96.609	4.838	4.183	105.630
Provisão para litígios e demandas judiciais	33.272	20.008	70	53.350
Parcelamento de tributos	35.596	498	-	36.094
Outros	113.425	103.016	404	216.845
Patrimônio líquido	259.643	573.798	24.324	857.765
	<u>1.634.719</u>	<u>750.419</u>	<u>47.461</u>	<u>2.432.599</u>

### 37. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2012 e de 2011, são assim demonstradas:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Responsabilidade civil	2.000	2.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	79.000	43.000

Transporte nacional e internacional	8.150	8.150
Veículos	1.599	1.408
	<u>90.749</u>	<u>54.558</u>

### 38. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de fevereiro de 2013, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras. O Conselho de Administração tem autoridade para alterar as demonstrações financeiras da Companhia após a sua emissão, se aplicável.

---